

Nogueira, Carlos

## **Saramago revolucionário**

*Études romanes de Brno*. 2025, vol. 46, iss. 1, pp. 6-11

ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2025-1-1>

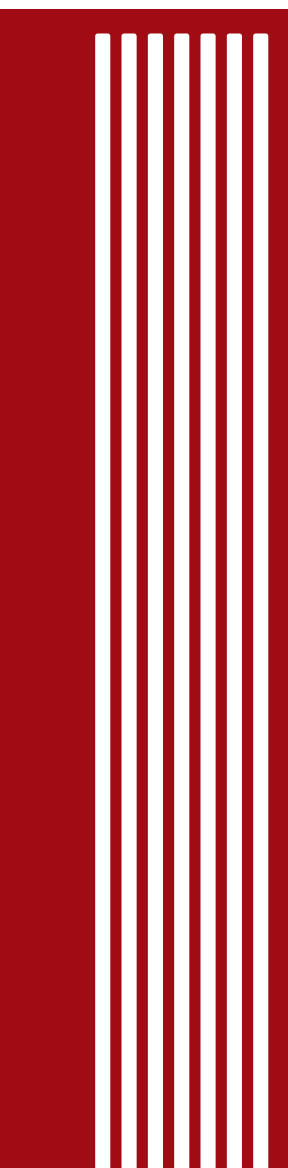
Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/digilib.82475>

License: [CC BY-SA 4.0 International](#)

Access Date: 16. 07. 2025

Version: 20250710

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.



# DOSSIER THÉMATIQUE

## **José Saramago: os livros do Nobel**

Coordinador: Carlos Nogueira

---

## Saramago revolucionário

### Revolutionary Saramago

CARLOS NOGUEIRA [catedrasaramago@utad.pt]

Cátedra José Saramago, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

---

Trabalho financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência UIDB/00707/2025, Portugal.

Saramago foi, autenticamente, um revolucionário, nos diversos sentidos do termo, tanto no plano mais ideológico e partidário como no âmbito mais geral de propostas e ações cujo objetivo é criar uma nova ordem social, política e humana. O autor de *O Ano de 1993* (1975) foi um revolucionário muito antes do golpe de Estado do dia 25 de abril de 1974, que pôs fim a 48 anos de ditadura; foi um revolucionário, intensamente, durante o Processo Revolucionário em Curso; e, num sentido mais amplo de intervenção no processo social, cultural e político, foi-o nos anos seguintes e até à sua morte, em 2010. Por isso mesmo, entendi propor à revista *Études Romanes de Brno* um dossier sobre o lugar de José Saramago no contexto da Revolução Portuguesa de 1974/75, sobre cuja aceleração e desfecho, no célebre 25 de Novembro de 1975, passam 50 anos em 2025.

São 8 os artigos que compõem este dossier, todos eles ligados aos conceitos de “revolução” e, mais especificamente, ao vocábulo “revolucionário”, no sentido de homem que age, em palavras e em atos, em benefício da transformação da sociedade e de uma ideia de igualdade, liberdade e fraternidade. Textos muito diversos no tema específico e na hermenêutica, une-os uma mesma conclusão: na linha dos pensadores iluministas mais evoluídos, porém com a vantagem de ter atrás de si muito mais tempo histórico para poder avaliar a Humanidade (mais guerras, experiências sociais e políticas, avanços e recuos civilizacionais), Saramago, desde muito cedo, podemos mesmo dizer desde 1947, com *Terra do Pecado*, refletiu e escreveu sobre o ser humano e as organizações sociais, sobre religião, política e liberdade, economia e história, filosofia e sociologia, e incentivou-nos à emancipação responsável e ao cuidado individual e coletivo. As armas de José Saramago revolucionário foram as ideias, a escrita, a voz, a participação (em ações públicas e privadas, em encontros, reuniões, etc.) e o papel de jornais e de livros.

A conceção saramaguina do mundo inscreve-se na tradição mais evoluída do Iluminismo montesquiano e rousseauiano. Tal como estes humanistas, Saramago vê na História uma fonte de conhecimento dos motivos que subjazem às condutas humanas. Quem conhece minimamente

bem as crónicas e a literatura de José Saramago sabe que é assim, mas, se dúvidas houvesse, as palavras do autor em entrevistas esclarecem-nos:

Ora vamos lá ver, se a humanidade não constitui no seu conjunto ou nas suas diversas componentes um espetáculo muito agradável, a minha pergunta poderia ser esta: iríamos a tempo ou poderíamos hoje identificar o que nos levou a isto? Podíamos talvez imaginar uma sociedade diferente e que fosse diferente não só mas sobretudo pelo facto de em vez de tomarmos uma direção tomássemos uma outra. (Silva 2009: 368).

Segundo Saramago, não há um fim da História, socialista ou outro, “não há uma direção linear e predeterminada, nem pode ou deveria haver uma revolução sem a *radical* individualidade de cada um(a), sem os pensamentos, os sentimentos, as emoções, as vontades e as ações individuais” (Nogueira 2022: 337). Não se deduza que estou a desvalorizar ou a negar a relevância, para José Saramago, do materialismo histórico, a sua visão marxista sobre as forças históricas, sociais e económicas. Quero apenas deixar salientar bem a ideia de que “o socialismo heterodoxo de José Saramago não desrespeita a integridade e o núcleo vital da obra literária (no que Saramago é engeliano e não leninista)” (Nogueira 2022: 337); nem cede ao coletivo “o foro da liberdade de cada um” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 384). Em todo o pensamento e em toda a escrita ficcional de Saramago, são inúmeras as afirmações e realizações que concretizam estes princípios ideológicos, éticos e estéticos.

A revolução de Saramago não se confunde com o socialismo científico de Marx; “o socialismo saramaguiano, embora de matriz marxista em aspetos essenciais como o envolvimento moral humanitário e a construção de uma sociedade justa para todos, reclama-se da tradição da liberdade e da responsabilidade individual” (Nogueira 2022: 350). Combina a liberdade individual com uma ideia de sociedade (de coletivismo, podemos dizer) não (ou menos) marcada pela divisão entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos, entre muito ricos e radicalmente pobres: “Não é uma utopia. O comunismo é uma possibilidade” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 388); “Marx nunca teve tanta razão como hoje” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 388). Estas afirmações, que poderão parecer desajustadas da realidade e até em contradição com o que Saramago disse noutros momentos, são fundamentais para nos situarmos bem na essência do pensamento, da ação cívica e política e da escrita literária e não-literária do autor de *Folhas Políticas* (1999); e são-no sobretudo se as confrontarmos com outras, também de Saramago, que parecem ser o seu reverso: “Ressuscitar Marx? Não. Estamos num tempo diferente. É preciso algo mais criativo que a simples indignação, que é legítima, para mudar as coisas” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 389). Nestas palavras, percebe-se bem que a dialética saramaguiana, sem deixar de ser materialista e de se instituir na ideia de luta de classes, supera o materialismo rígido do *Manifesto do Partido Comunista*.

O paraíso na Terra (e no Céu), o bem integral (seja isso o que for), é uma utopia irracional que tem levado a excessos, a messianismos políticos, cujos resultados são bem conhecidos. Ainda assim, se nos aproximarmos mais do ideal do Iluminismo, se usarmos a inteligência para ajustarmos o mundo à nossa volta, é possível obter muito mais felicidade para todos. Saramago não ignora os progressos, em muitos países, em áreas como a educação, a saúde ou o trabalho; mas também não esquece os mais marginalizados da História, os de ontem, de hoje e de amanhã:

Quer dizer, o futuro esteve sempre nas nossas mãos e é o que é porque fizemos uma opção, ou alguém a fez por nós. O que eu quero dizer é que não era uma fatalidade estabelecida desde não se sabe quando que teria obrigado a sociedade humana a estar onde está. Claro que não faltam aspetos positivos na vida da sociedade de hoje, pelo menos em certos países e em certas religiões, mas o contrário de tudo isso pesa demasiado para que possamos generalizar o bem-estar de uns ignorando ou esquecendo o desastre que a vida é para milhões e milhões de outros. E, repito, aceitando-o como se fosse uma fatalidade. (*apud* Gómez Aguilera 2010: 388)

A sociedade de Saramago não é a do comunismo real, que eliminava (e elimina) as liberdades individuais, mas também não é a neo- ou ultraliberal, com um excesso de liberdades que vem a ser contrário ao desenvolvimento pessoal (e, logo, também coletivo). O “indivíduo” saramaguiano não se deve deixar subjugar pela coletividade, mas também não se pode permitir ceder aos desejos individuais de domínio sobre os outros através de uma competição que tem como único fim a acumulação de bens materiais e de riqueza. “O individualismo de Saramago é coletivista e o seu coletivismo é individualista. O indivíduo realiza-se e emancipa-se na sociedade e a sociedade cumpre-se e liberta-se no indivíduo livre” (Nogueira 2022: 382). Esta perspetiva aproxima Saramago mais dos liberais clássicos (como Locke, Montesquieu e Adam Smith), com a sua visão da natureza social do ser humano, do que do programa voluntarista preestabelecido dos marxistas.

O que é bom para a economia só em parte é bom para o indivíduo, cujas necessidades não são só económicas nem só políticas, como se percebe bem no romance *A Caverna*, que constitui a saga de uma família em busca de si mesma num mundo, simbolizado pelo centro comercial, que “Fabrica excluídos sem piedade alguma” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 326): assim desconstrói Saramago o que une marxismo-leninismo e ultraliberalismo. Há outra diferença entre o pensamento do autor de *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e as doutrinas comunista e neoliberal, como, aliás, já notei acima. Para Saramago, não existem leis da História predeterminadas e imutáveis, nem haverá nunca uma vitória avassaladora do bem, contrariamente ao que defendem tanto os marxistas-leninistas como os liberais e os neoliberais.

O humanismo de José Saramago é lúcido e dialogante. O pensador e escritor não incorre na ingenuidade de acreditar ser possível a felicidade coletiva prometida pelos totalitarismos (ditos comunistas (como o soviético, o chinês ou coreano). Pessimista confesso, a ponto de dizer “Não tenho nenhum motivo para ter esperança” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 153), mas não menos um otimista movido pela esperança de um aperfeiçoamento gradual de si e da humanidade: é assim que, parece-me, devemos ver Saramago, cujo voluntarismo moderado e cuja percepção das fraquezas humanas o afastaram das promessas totalitárias de *fortuna* absoluta para cada um e para todos. Tornarmo-nos melhores enquanto indivíduos, sociedade e humanidade não é incompatível com a nossa imperfeição individual e coletiva. A realidade em que vivemos não é a das Formas ou Ideias platónicas, aristotélicas e hegelianas; é a da diversidade dos seres e do mundo, com as suas imprevisíveis mudanças e (re)ajustes contínuos, com as suas virtudes e os seus defeitos. Toda a obra de José Saramago, tanto a literária como a não-literária, e todas as suas intervenções públicas glosaram este princípio.

Saramago nunca se identificou com a monumentalidade do partido operário, levantado por Lenine a partir das ideias de Marx, nem lhe entregou a titularidade dos seus direitos de cidadão

livre e dotado de uma subjetividade individual que nenhuma subjetividade coletiva de classe, só por si, tem o direito de reclamar. O escritor português criticou com contundência tanto o modelo marxista-leninista, que impôs a supremacia e o despotismo do partido e do Estado, como o liberalismo capitalista e democrático de massas, que também tem inibido o potencial de cada cidadão, excluído e reduzido à pobreza a maioria da população mundial.

José Saramago está muito mais próximo de pensadores como Freud do que de Lenine e outros comunistas ortodoxos. O escritor português nunca se reviu na ideia comunista de descoberta absoluta do caminho para a extirpação do mal (ou, se alguma vez aceitou essa crença, rapidamente se afastou dela). Saramago, tal como Freud, sabia que a realidade e a natureza humana são muito mais complexas do que o ingênuo princípio comunista segundo o qual o homem, intrinsecamente bom, apenas deseja o bem do próximo. A instituição da propriedade privada corrompeu-o e viciou-o, e, por isso, há que a extinguir, o que trará o fim da maldade e da hostilidade e o primado da entrega benévola e feliz de todos ao trabalho (Freud 2010: 39). Vale apenas citar a lúcida (e até hoje irrefutável) argumentação de Freud, que diz não lhe competir fazer “a crítica econômica do sistema comunista” (Freud 2010: 39), nem ter “como investigar se a abolição da propriedade privada é pertinente e vantajosa” (Freud 2010: 39):

Mas posso ver que o seu pressuposto psicológico é uma ilusão insustentável. Suprimindo a propriedade privada, subtraímos ao gosto humano pela agressão um dos seus instrumentos, sem dúvida poderoso, e certamente não o mais poderoso. Mas nada mudamos no que toca às diferenças de poder e de influência que a agressividade usa ou abusa para os seus propósitos, e tampouco na sua natureza. Ela não foi criada pela propriedade, reinou quase sem limites no tempo pré-histórico, quando aquela ainda era escassa, já se manifesta na infância, quando a propriedade mal abandonou sua primária forma anal, constitui o sedimento de toda relação terna e amorosa entre as pessoas, talvez com a exceção única daquela entre a mãe e o filho homem. Se eliminamos o direito pessoal aos bens materiais, subsiste o privilégio no âmbito das relações sexuais, que se torna fonte do mais vivo desgosto e da mais violenta inimizade entre seres que de outro modo se acham em pé de igualdade. Suprimindo também este, mediante a completa liberação da vida sexual, ou seja, abolindo a família, célula germinal da civilização, fica impossível prever que novos caminhos a evolução cultural pode encetar, mas uma coisa é lícito esperar: que esse indestrutível traço da natureza humana também a acompanhe por onde vá. (Freud 2010: 39)

Não é este o lugar para refletir sobre aspetos como o do entendimento saramaguiano da propriedade privada. De qualquer modo, importa dizer que um problema afim do dos meios de produção tem a ver precisamente com a propriedade privada, cuja abolição foi preconizada no *Manifesto Comunista do Partido Comunista* (1848), de Marx e Engels, e posta em prática, em diferentes momentos e experiências, pelos comunistas soviéticos (e não só). Saramago não defendia o fim da propriedade privada (casa própria, antes de mais), nem alguma vez louvou as experiências que foram levadas a cabo, sem sucesso, na China de Mao Tsé-Tung, com milhares de pessoas obrigadas a viver em grandes “armazéns”, onde faziam tudo (dormiam, comiam, etc.). Isso seria desrespeitar a *Constituição da República Portuguesa*, para mais, e Saramago foi desde o início favorável à lei fundamental (o artigo 62 consagra o “Direito de propriedade privada”: “1. A todos é garantido o direito à propriedade privada e a à sua transmissão em vida ou por morte,

nos termos da Constituição”. A alínea 2 deste artigo não é menos peremptória na limitação de eventuais excessos de zelo ou desmesuras estatais: “A requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei e, fora dos casos previstos na Constituição, mediante pagamento de justa indemnização”). Numa palavra: Saramago opunha-se à propriedade privada dos (principais) meios de produção, não à *simples* propriedade privada, que ele via como fonte de realização individual (e comunitária, por extensão) e de dignidade. Disso é paradigma, no romance *A Caverna*, publicado em 2000, a casa e a *olaria* da família Algor, que poderíamos designar de unidade eco-socialista familiar de produção.

Como é sabido, o projeto marxista e soviético de impor a felicidade e o bem concretizou-se, na prática, no “império do mal”, com milhões de prisioneiros políticos e de mortos em prisões e campos de concentração, com detenções e julgamentos arbitrários, humilhações inenarráveis, sofrimento sem limites a que só a morte (horrenda) trazia um fim. “Ser comunista es un estado de espíritu” (*apud* Gómez Aguilera 2010: 153), insistia Saramago sempre que confrontado com a sua visão do mundo, “E ese estado lo perdió Stalin, lo perdieron los dirigentes chinos, los Nikita, los Brezhnev y compañía. [...] Sólo hay que mirar lo que pasa con China, el país de Mao, el de la Gran Marcha. ¿En que se convirtió? En un país que sigue con su bandera roja pero que de comunista no tiene nada” (*apud* Morales Alcúdia 2018: 296). De facto, o “messianismo comunista” (Todorov 2017: 56), na expressão de Tzvetan Todorov, teve uma vigência breve mas fulgurante, trazida pela vitória sobre a Alemanha de Hitler. Saramago conhecia bem a História do comunismo, da Europa e do mundo e, precisamente por ser socialista e comunista, não se conformava com a atitude não-socialista daqueles que “protagonizaron la epopeya de la Revolución Rusa” (*apud* Morales Alcúdia 2018: 296); e lamentou sempre que o ideal comunista dos primeiros tempos cedo se tenha transformado, no Império Soviético e, a seguir, na Europa de Leste e nos regimes comunistas da Ásia, em fanatismo e em repressão, em aspiração de poder pelo poder, em corrupção, cinismo, burocracia e hipocrisia.

Diz-nos Saramago, consciente dos erros da revolução socialista e da necessidade de uma outra revolução, que deve envolver tanto o mais íntimo, ontológico e intersubjetivo como o mais político e social, e também o âmbito propriamente ecológico: “El comunismo no ha existido nunca en ningún país. La filosofía es el marxismo” (*apud* Morales Alcúdia 2018: 297). A não ser talvez num período mais ou menos circunscrito da sua vida, um pouco antes e durante a Revolução de Abril, Saramago não se revia na crença segundo a qual o ser humano e a sociedade humana podem atingir a perfeição e o bem moral (quase) absoluto. Esta advertência é importante para podermos entender a esperança saramaguiana: “Lo que yo encuentro, es que la creación de una mentalidad socialista es de hecho indispensable para que no se repitan los errores, las faltas, los crímenes, los desastres a los que hemos tenido que asistir a lo largo de setenta años. Todo por una posición demasiado idealista, probablemente lo sea, pero la verdad es que, si no existe esa mentalidad, nunca tendremos socialismo” (*apud* Morales Alcúdia 2018: 297). Com esta almejada mentalidade socialista, Saramago não se propõe transformar-nos a todos e a cada um de nós em modelos de virtude e de felicidade. A sua expetativa é moderada e não deve ser confundida com uma crença numa qualquer teleologia, num voluntarismo crente na erradicação integral do mal, à maneira dos mais radicais revolucionários franceses e comunistas. O ativismo de Saramago é de outra espécie: pessimista e otimista, moderado mas não derrotista, com “igualdade sem mesmidade” (Santos 2005: 278), com independência e solidariedade, ecológico, anticolonialista,

feminista, não-produtivista, antirracista. Estes adjetivos, que Boaventura de Sousa Santos associa ao socialismo como “qualidade ausente” (Santos 2005: 277) em permanente construção, aplicam-se bem ao espírito e à ação socialistas de Saramago.

De todos estes temas e de outros, relacionados com o mote “Saramago revolucionário”, se ocupam os/as autores/as deste dossier, que é um contributo mais para o conhecimento da mentalidade e da práxis revolucionária saramaguiana, a qual, como bem se sabe, é uma zona pouco explorada dos estudos sobre o autor e, na verdade, afetada por não poucos equívocos, uns provocados por um exagerado louvor (Saramago como alguém não sujeito ao erro e ao radicalismo), outros por críticas injustas e infundadas (Saramago refém de uma ideologia dita científica que proclama um predeterminismo histórico comunista, Saramago estalinista).

## Referências bibliográficas

- Freud, S. (2010). O Mal-Estar na Civilização. In *O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias e Outros Textos (1930–1936)* (pp. 7–67). Tradução de Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gómez Aguilera, F. (edição e seleção). (2010). *José Saramago nas suas Palavras*. Tradução dos textos em espanhol, francês e italiano de Cristina Rodrigues e Artur Guerra. 2.ª ed. Alfragide: Editorial Caminho.
- Morales Alcúdia, J. (coord.). (2018). *José Saramago. La revolución de la conciencia*. Córdoba: Utopía Libros.
- Nogueira, C. (2022). *José Saramago: a literatura e o mal*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Santos, B. de S. (2005). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 10.ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, J. C. e. (2009). *Uma longa viagem com José Saramago*. Porto: Porto Editora.
- Todorov, T. (2017). *Os inimigos íntimos da democracia*. Lisboa: Edições 70.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.